

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA LIMA – MG.

**COHAVISERRA - COOPERATIVA HABITACIONAL DA VILA DA SERRA DE RAPOSOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 241.103.741/0001-66, com sede na Rua Herval Silva, nº 460, Bairro Matadouro, CEP: 34.400-000, Raposos - MG, representada por **CLÁUDIA HELENA DE MELO FERREIRA**, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº: 854.066.517-68, RG nº: MG-17.707.663, residente e domiciliada na rua Tupinambás, 209, Bairro Morro das Bicas, CEP: 34400-000, Raposos – MG, por intermédio de seus advogados infra-assinado (doc. n.º 01 – instrumento de procuração), com escritório na Avenida do Contorno, 1853, sala 206, Bairro Floresta, Belo Horizonte – MG, onde recebem intimações, endereço eletrônico: robertoauad@bol.com.br, vem, respeitosamente a Vossa Excelência, oferecer “*NOTITIA CRIMINIS*”.

Com fulcro nos artigos 100, 168, § 1º, inciso III, ambos do Código Penal Brasileiro, combinados com artigo 27 do Código de Processo Penal em face de:

**VANDER LÚCIO DA SILVA**, brasileiro, divorciado, mestre de obras, inscrito no CPF sob o nº 451.333.876-87, RG nº: MG1.910.637, residente e domiciliado na rua Herval Silva, nº 1076-A, Bairro Matadouro, CEP: 34400-000, Raposos – MG.

**WELLINGTON SOARES RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, mestre de obras, inscrito no CPF sob o nº 036.172.696-13, RG nº: MG1.910.637, residente e domiciliado na rua Herval Silva, nº 1400, Bairro Matadouro, CEP: 34400-000, Raposos – MG.

**ROBSON NILSON SILVA**, brasileiro, divorciado, mestre de obras, inscrito no CPF sob o nº 028.834.076-06, RG nº: MG1.910.637, residente e domiciliado na rua Doutor Sebastião Fabiano Dias, 34, Bairro Matadouro, CEP: 34400-000, Raposos – MG, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

## **I. DOS FATOS**

A requerida é uma cooperativa, a qual foi constituída em 24 de Abril de 2015. Visando a implantação de um loteamento. O objetivo da Cooperativa era proporcionar a seus associados, a aquisição de lotes para a construção de casa própria e a sua integração comunitária como futuro bairro. Para tanto, foi firmado compromisso de compra e venda do terreno denominado Brumado da Mineração Morro Velho LTDA com a seguinte condição de pagamento:

R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem reais) no ato da assinatura do instrumento de compra e venda como sinal e princípio do pagamento e

R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a ser pago em 15 parcelas no valor mensal de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Os requeridos eram os Diretores da Cooperativa desde sua constituição até 31 de Julho de 2019; Sendo o primeiro requerido Diretor presidente, o segundo requerido Diretor Administrativo e o terceiro requerido Diretor técnico. Tendo o último requerido pedido sua exoneração em Junho de 2019.

A forma de associação na cooperativa se dá mediante assinatura do termo de admissão no livro de matrícula assumindo as responsabilidades contidas no Estatuto e aquisição de quotas/lotes adquiridos onerosamente mediante contrato de cooperação por integralização com pagamento via boleto bancário em nome do segundo requerido.

A comunicação entre diretores e cooperados se dava por meio de mensagens

trocadas por grupo de whatsapp criado pelo segundo requerido, Na plataforma ele postava toda a evolução do pretendido bairro bem como o andamento da quitação do terreno adquirido pela cooperativa, enfatizando nas mensagens enviadas mais recentes que a dívida estava praticamente quitada.

Contudo no início do primeiro semestre de 2019, começaram a enviar mensagens de reclamação por razões de inadimplência e a demonstrar insatisfação com seus cargos afirmando estar muito sobrecarregados.

Pois bem. Diante das reclamações de insatisfação com seus cargos cada vez mais constantes, e das indagações cada vez mais constantes de alguns cooperados do porque os carnês para pagamento dos boletos eram em nome do segundo referido, um cooperado sugeriu que se reunissem.

A reunião ocorreu em 01 de Maio de 2019. Na reunião os cooperados fizeram questionamentos acerca do carnê em nome do segundo requerido, o Diretor administrativo, e pediram informações acerca da administração da Cooperativa.

No entanto os requeridos não explicavam com clareza as indagações levantadas pelos cooperados, demonstrando desconforto, respondendo as perguntas de forma desencontrada. Tamanha foi a pressão feita pelos cooperados que o segundo requerido, o diretor técnico pediu sua exoneração. Por fim o primeiro requerido tomou a palavra se posicionando de forma favorável a invasão do terreno dizendo: “começou errado, tudo o que começa errado termina errado”. Causando enorme preocupação e desespero entre os cooperados, pois não entenderam o porquê do posicionamento de invadir um terreno que estava praticamente quitado.

Foi então marcada uma assembleia. A qual ocorreu em 29 de Junho de 2019. Nessa assembleia a Senhora Cláudia Helena de Melo Ferreira foi aclamada pelos cooperados como diretora técnica, sendo eleita posteriormente diretora presidente e tomando posse no dia 01 de Julho de 2019. No primeiro dia como diretora Técnica, cuidou em proceder a uma análise minuciosa de toda documentação contida na sede da cooperativa.

Dentre as diversas irregularidades se destacam:

I. Os pagamentos referentes à aquisição do terreno objeto da cooperativa não estavam sendo realizados, havendo parcelas vencidas desde 2017, em desacordo com a informação repassada aos cooperados quando das afirmações que o contrato da aquisição do terreno estava em dia e praticamente quitado;

II. Não havia o saldo em caixa suficiente para pagamento das parcelas embora tenha havido a geração de receita pelo pagamento dos carnês pelos cooperados;

III. A maior parte da movimentação financeira da requerente era feita diretamente na conta pessoal do segundo requerido, o diretor administrativo, no Banco Santander (doc. Anexo), embora a requerente possuísse conta de pessoa Jurídica no Banco Bradesco (doc. Anexo). Constatou ainda que constantemente eram realizadas transações de transferências da conta da requerente para a conta pessoal do segundo requerido (doc. Anexo);

IV. Empréstimo no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) feito pela cooperativa ao segundo requerido. (doc. Anexo)

V. Constatou ainda que havia cooperado que efetuava o pagamento de seus carnês via depósito na conta pessoal do segundo requerido e esse lhe informava que proceder a baixa manual, no entanto nunca repassou esses pagamentos para a cooperativa. (doc. anexo)

VI. Inúmeros contratos de cooperação por integralização única, com disposições contrárias ao estatuto (doc. Anexo), com quitação dada por permutas e por recebimento de bens automóveis (doc. Anexo), os quais foram apropriados pelo requerido conforme prova testemunhal.

VII. Inúmeras Desistências pagas de forma contrária ao que estabelece o estatuto.

VIII. Quotas vendidas com valor extremamente superior ao estabelecido no estatuto.

IX. Relatos de pessoas que documentos da cooperativa foram queimados no quintal da antiga sede da cooperativa pelo terceiro requerido, diretor técnico.

Tão logo constatadas, as irregularidades, a nova diretora técnica dirigiu-se a delegacia

de polícia registrou boletim de ocorrência (doc. Anexo). Posteriormente encaminhou a documentação financeira referente aos meses abril/maio/junho para contabilidade, requerendo balanço contábil para viabilizar a prestação de contas dos requeridos do seu exercício na Diretoria.

Entrou ainda em contato com o segundo requerido, o qual ainda era o Diretor administrativo, questionando as irregularidades e determinando a devolução dos valores por ele apropriados. O que em resposta informou que iria pagar o valor que pegou “emprestado” da cooperativa bem como o valor referente a parcelas no carnê depositadas por uma cooperada em sua conta, em momento oportuno (doc. anexo).

Ocorre que tão logo deixara a Diretoria, os três requeridos “desapareceram”, corre boatos com os mesmo se evadiram e que o segundo requerido esta fora do Brasil.

Em 14 de outubro de 2019, o balancete emitido pela contabilidade da Cooperativa apontou transações irregulares, bem como um valor de R\$ 1.094.132,40 (hum milhão e noventa e quatro e cento e trinta e dois reais e quarenta centavos) sem nenhum comprovante de despesas. Desde então a requerente cobrou insistentemente a apresentação do Balanço Contábil para a tomada de medidas. No entanto a contabilidade informou estar com dificuldades de fazer as apurações devido a documentação insuficiente. E em seguida o escritório de contabilidade comunicou a rescisão contratual com a cooperativa informando porém não devolveu os documentos sob argumento que precisava de mais prazo.

Após ser notificada para apresentação do balanço bem como devolver a documentação, a contabilidade apresentou o levantamento do que foi possível e no parecer contábil informa que “na contabilização só foi possível de forma parcial, já que não foram comprovados todos os lastros de entradas e saídas” e devolveu a pastas recebidas. No entanto a documentação veio incompleta faltando uma pasta contendo documentos referentes a terraplanagem. Ao ser questionada em relação a pasta a contabilidade informou a contadora Grazielle Alberto Pereira Froes que a pasta foi devolvida em Julho a secretária Marcelle, a pedido do então diretor presidente ora segundo requerido.

Ante a todas as irregularidades constatadas, incertezas e insegurança que acomete a seus cooperados, bem como fortes indícios de crime faz se necessário levar a notícia do crime as autoridades competência para instauração de inquérito investigativo.

## **II. DO DIREITO**

Ante ao exposto, resta demonstrando resta evidente a autoria delitiva, bem como a conduta dos requeridos tipificada de apropriação indébita, configurada como crime de ação penal pública incondicionada; preceitua o CP Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Para tanto preceitua o CPB no Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

As condutas dos requeridos se adéquam inequivocamente a tipificação feita; O proceder dos requeridos em apropriar se de recursos financeiros da cooperativa, utilizar conta pessoal para transações ilegais, bem como apropriar de quantia depositada para quitação de parcela do carnê de cooperado, apropriação de bens que receberam em pagamento em pagamento de quotas configura, tudo indubitavelmente caracterizando uma atitude dolosa, com propósito de enganar os cooperados, causando-lhe sérios prejuízos, através de artifício ardis e fraudulento, atingindo, desiderato almejado de se apropriar de coisa alheia em que tinha a posse.

## **III. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

Ex positis, considerando que a atitude do requerido constitui o crime de apropriação indébita, na forma do art. ..., caput do Código Penal Brasileiro, vem, respeitosamente, requerer a V. Exa. o recebimento da presente notícia criminis, tomando as medidas para a instauração da competente ação penal.

a) Estando a ré incurso nas penas do art. 168 do Código Penal, delito de AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA, seja instaurado inquérito policial para apuração de responsabilidade penal, na forma da lei;

Requer ainda a fixação de valor mínimo de indenização pelos prejuízos sofridos pela requerente. nos termos do artigo ..., do CPP.

#### **IV. DO ROL DE TESTEMUNHAS**

1. ALCIDIMAR RIBEIRO RODRIGUES, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .
2. MARCÍLIO , Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .
3. LOANDA ELISA DE OLIVEIRA, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .
4. AGUIMAR INÁCIO DE ALMEIDA, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .
5. HÉRCULES GONÇALVES FERREIRA, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .
6. MARCELLE, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .
7. GRAZIELE ALBERTO PEREIRA FROES, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , RAPOSOS /MG, telefone: (xxx) 9. xxx - xxx .

Termos e que,  
Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 10 de Dezembro de 2019.

**Roberto Auad**  
**OAB/MG 51.688**

**Dalva de Carvalho**  
**OAB/MG 198.823**